



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 716/2022, DE 11 DE MARÇO DE 2022.

DISPÕE SOBRE O ABONO SALARIAL DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA FINS DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO LEGAL DE 70% (SETENTA POR CENTO) DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB), NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº. 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUEIMADAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei estabelece e regulamenta o pagamento de abono salarial aos profissionais da educação básica que estejam enquadrados, no dia 27 de dezembro de 2021, dentre os que possam ser remunerados ordinariamente com recursos oriundos do FUNDEB 70%, com a finalidade excepcional e emergencial de cumprir o mínimo legal estabelecido para dispêndio dos referidos recursos com remuneração dos profissionais da educação básica.

Parágrafo único – O abono de que trata esta lei será pago exclusivamente no ano de 2022, referindo-se ao ano-exercício 2021, e a concessão de novos abonos para os anos-exercícios seguintes dependerão de previsão legal específica.

Art. 2º. Farão jus ao abono salarial de que trata esta lei os servidores que no dia 27 de dezembro de 2021, estivessem enquadrados dentre os profissionais que pudessem ser remunerados com recursos do FUNDEB 70%, de acordo com o artigo 26, inciso II da Lei Federal nº. 14.113, de 25 de dezembro de 2020, cuja redação foi modificada pela Lei Federal nº. 14.276, de 27 de dezembro de 2021.

Art. 3º. O abono de que trata esta lei será pago individualmente a cada servidor e o seu valor corresponderá à divisão, *per capita*, do saldo remanescente e consolidado nas contas correntes da Prefeitura de Queimadas correspondentes aos recursos do FUNDEB 70%, no dia 31 de dezembro de 2021, arrecadados pelo Município no ano-



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS
GABINETE DO PREFEITO

exercício 2021, para fins de cumprimento da disposição do artigo 26, §2º da Lei Federal nº. 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Parágrafo primeiro – Serão beneficiados nos termos desta lei, com o pagamento do abono salarial os membros do quadro de servidores efetivos, assim como os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e os profissionais contratados temporariamente, ainda que por excepcional interesse público.

Parágrafo segundo – O saldo remanescente e consolidado nas contas correntes da Prefeitura de Queimadas – Paraíba, no ano-exercício 2021, assim considerando a razão de 70% (setenta por cento) do montante total de recursos do FUNDEB arrecadado pelo Município de Queimadas – PB e subtraídos os valores já dispendidos até o dia 30 de dezembro de 2021, perfaz o montante de R\$ 5.457.500,00 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais).

Parágrafo terceiro – Considerando que, no dia 31 de dezembro de 2021, havia 740 (setecentos e quarenta) servidores e demais profissionais em efetivo exercício em seus cargos, o valor a ser rateado entre estes, individualmente, é de R\$ 7.375,00 (sete mil, trezentos e setenta e cinco reais), a ser pago até o dia 31 de março de 2021.

Art. 4º. Não farão jus ao abono salarial de que trata esta lei os servidores que, embora tenham sido remunerados no mês de dezembro de 2021 com recursos do antigo FUNDEB 60%, não se enquadrem como profissionais da educação básica, conforme a dicção do artigo 26, inciso II da Lei Federal nº. 14.113, de 25 de dezembro de 2020, modificado pela Lei Federal nº. 14.276, de 27 de dezembro de 2021.

Art. 5º. Não farão jus ao abono salarial de que trata esta lei os servidores que estivessem, no dia 31 de dezembro de 2021, no gozo de licenças de qualquer natureza, remuneradas ou não, em consonância com o art. 26, *caput*, da Lei Federal nº. 14.113, de 25 de dezembro de 2020, exceptuados os afastamentos por motivo de doença ou por estado gravídico, nos termos da Lei Federal nº. 14.151, de 12 de maio de 2021.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta lei serão realizadas às expensas das dotações orçamentárias já previamente reservadas pela Lei Orçamentária Anual do ano-exercício 2021.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos retroativos ao exercício contábil de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Queimadas – PB, em 11 de março de 2022.

JOSÉ CARLOS DE SOUSA REGO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4347-7FED-C44D-1F77

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JOSE CARLOS DE SOUSA REGO (CPF 601.XXX.XXX-15) em 11/03/2022 08:36:38 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://queimadas.1doc.com.br/verificacao/4347-7FED-C44D-1F77>